

Aula 00

*CGU (Auditor - Área Auditoria e
Fiscalização) Passo Estratégico de
Contabilidade Pública*

Autor:

Alexandre Violato Peyerl

05 de Novembro de 2022

Índice

1) Apresentação	3
2) Noções Gerais - Análise Estatística Instituto AOCP	5
3) Noções Gerais - Roteiro de Revisão	7
4) Noções Gerais - Aposta Estratégica	19
5) Noções Gerais - Questões Estratégicas Instituto AOCP	20
6) Noções Gerais - Questionário de Revisão	35
7) Noções Gerais - Lista de Questões Instituto AOCP	40
8) Noções Gerais - Gabarito Instituto AOCP	48
9) Noções Gerais - Referências Bibliográficas	49



APRESENTAÇÃO DO CURSO

Olá, seja muito bem-vindo ao nosso Passo Estratégico de Contabilidade Pública!

Sou Alexandre Violato Peyerl, Chefe Técnico da Fiscalização do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. Sou graduado em Administração e pós-graduado em Finanças e em Auditoria e Perícia Contábil. Comecei efetivamente a estudar para concursos no fim de 2014 e obtive várias aprovações, como Banco do Brasil (3º lugar para Curitiba), Analista de Projetos da Área Econômico-Financeira do BRDE (1º lugar geral), Administrador da Itaipu Binacional (2º lugar) e Agente da Fiscalização (Auditor de Controle Externo) do TCE/SP (2º lugar para Registro), onde trabalho hoje. Foi uma jornada árdua, com derrotas e vitórias, mas digo para você, estude muito, dê o seu melhor, pois valerá muito a pena!



O QUE É O PASSO ESTRATÉGICO?

O Passo Estratégico é um material escrito e enxuto que possui dois objetivos principais:

- a) orientar revisões eficientes;
- b) destacar os pontos mais importantes e prováveis de serem cobrados em prova.

Assim, o Passo Estratégico pode ser utilizado tanto para **turbinar as revisões dos alunos mais adiantados nas matérias, quanto para maximizar o resultado na reta final de estudos por parte dos alunos que não conseguirão estudar todo o conteúdo do curso regular.**

Em ambas as formas de utilização, como regra, **o aluno precisa utilizar o Passo Estratégico em conjunto com um curso regular completo.**

Isso porque nossa didática é direcionada ao aluno que já possui uma base do conteúdo.

Assim, se você vai utilizar o Passo Estratégico:

- a) **como método de revisão**, você precisará de seu curso completo para realizar as leituras indicadas no próprio Passo Estratégico, em complemento ao conteúdo entregue diretamente em nossos relatórios;
- b) **como material de reta final**, você precisará de seu curso completo para buscar maiores esclarecimentos sobre alguns pontos do conteúdo que, em nosso relatório, foram eventualmente expostos utilizando uma didática mais avançada que a sua capacidade de compreensão, em razão do seu nível de conhecimento do assunto.

Seu cantinho de estudos famoso!

Poste uma foto do seu cantinho de estudos e nos marque no Instagram:



@passoestrategico

Vamos repostar sua foto no nosso perfil para que ele fique famoso entre milhares de pessoas!

Bom, feitos os esclarecimentos, vamos descobrir os assuntos que possuem mais chances de cair na nossa prova?



CONTABILIDADE PÚBLICA - INTRODUÇÃO

ANÁLISE ESTATÍSTICA

TÓPICO	% DE COBRANÇA
Despesa Pública	25,40
Receita Pública	21,43
Procedimentos Contábeis Patrimoniais	13,76
Introdução DCASP, Balanço Orçamentário e Balanço Financeiro	10,05
Contabilidade Pública: Noções Gerais e conceitos introdutórios	9,26
PCASP	8,99
Balanço Patrimonial e Demonstração das Variações Patrimoniais	7,41
Procedimentos Contábeis Específicos	2,38
DFC/DMPL/Notas Explicativas	1,32



O que é mais cobrado dentro do assunto?

TÓPICO	% DE COBRANÇA
Conceitos, objeto e campo de aplicação	51,43
Regime Orçamentário e Regime Patrimonial	48,57



ROTEIRO DE REVISÃO E PONTOS DO ASSUNTO QUE MERECEM DESTAQUE

A ideia desta seção é apresentar um roteiro para que você realize uma revisão completa do assunto e, ao mesmo tempo, destacar aspectos do conteúdo que merecem atenção.

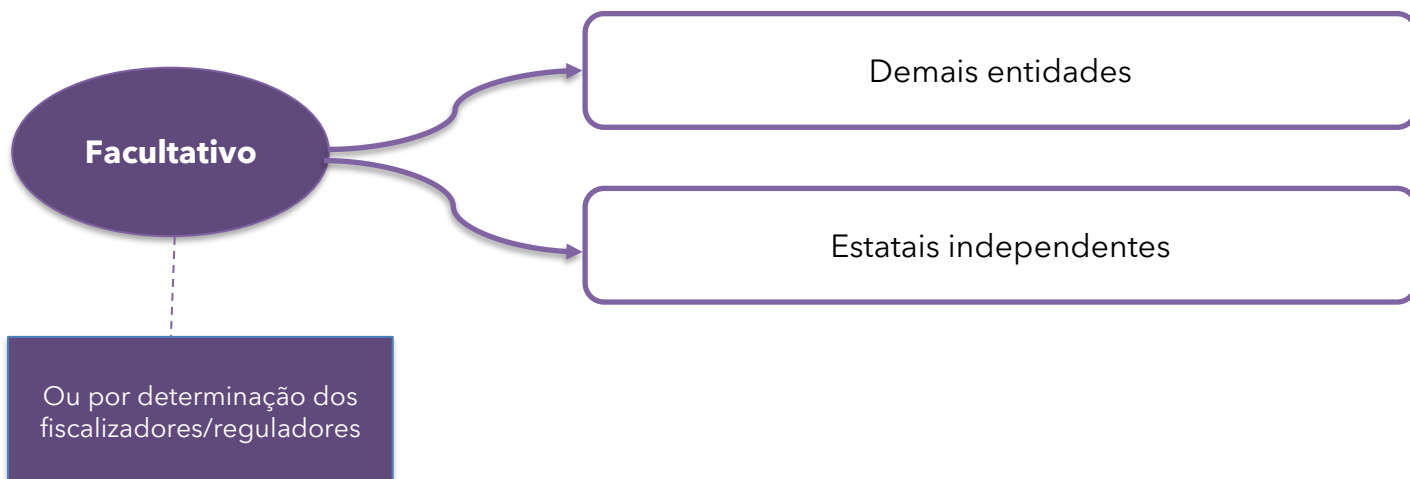
Para revisar e compreender os aspectos introdutórios à contabilidade pública, você precisa, basicamente, entender os tópicos a seguir.

Primeiramente... **Cuidado se você tiver visto este tópico antes de 2016 e estiver revendo agora, bem como ao fazer questões antigas para treino.** Antigamente, conceituação, campo de aplicação, objeto e objetivos estavam na **NBC T 16.1, todavia, esta norma foi revogada** em setembro de 2016 pela NBC TSP Estrutura Conceitual. Aqui no Passo, por ser um material focado em revisão e consolidação do conteúdo, trabalharemos apenas sobre os conceitos vigentes ou, se revogados, ainda válidos ou passíveis de serem cobrados.

Conceito de contabilidade aplicada ao setor público¹: ramo da ciência contábil que aplica, no processo gerador de informações, os Princípios de Contabilidade e as normas contábeis direcionados ao controle patrimonial de entidades do setor público.



¹ Ainda que este conceito seja da revogada NBC T 16.1, ele é plenamente adequado ao estudo da nossa disciplina.



É comum que a banca ao invés de utilizar os termos obrigatório e facultativo, pergunte se o campo de aplicação se estende ou não a determinadas entidades. Nesse caso, se for obrigatório, diz-se que se estende, se for facultativo, que não se estende. O fundamento está na NBC TSP Estrutura Conceitual:

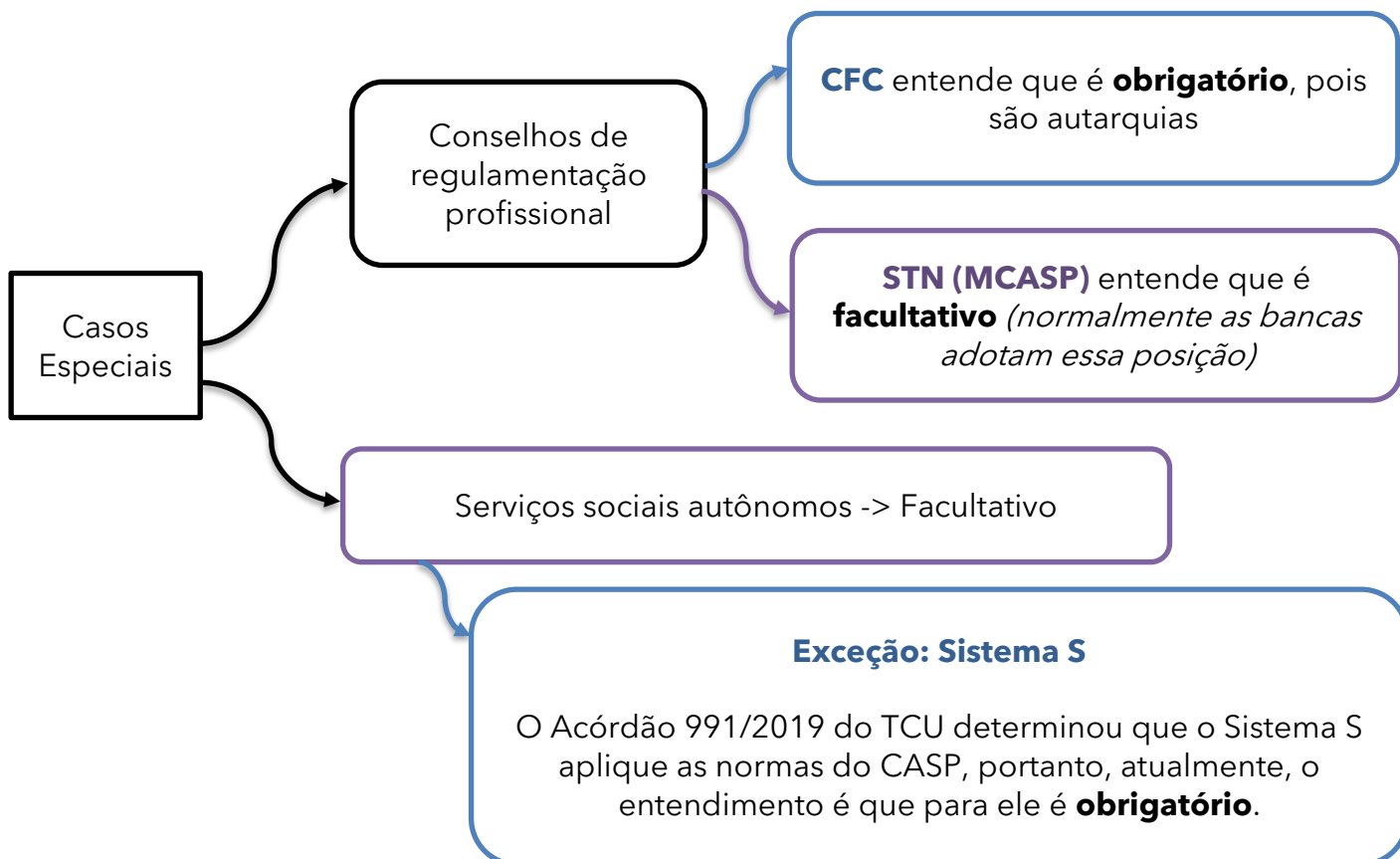
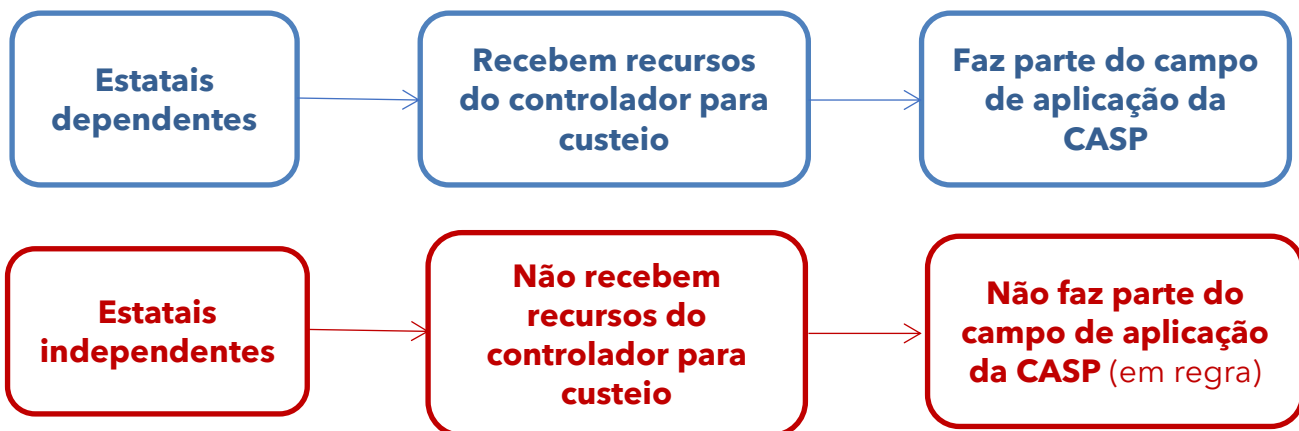
1.8A Esta estrutura conceitual e as demais NBCs TSP **aplicam-se, obrigatoriamente, às entidades do setor público** quanto à elaboração e divulgação dos RCPGs. Estão **compreendidos** no conceito de entidades do setor público: os **governos** nacionais, estaduais, distrital e municipais e seus **respectivos poderes** (abrangidos os tribunais de contas, as defensorias e o Ministério Público), órgãos, secretarias, departamentos, agências, autarquias, fundações (instituídas e mantidas pelo poder público), fundos, consórcios públicos e outras repartições públicas congêneres das administrações direta e indireta (**inclusive as empresas estatais dependentes**).

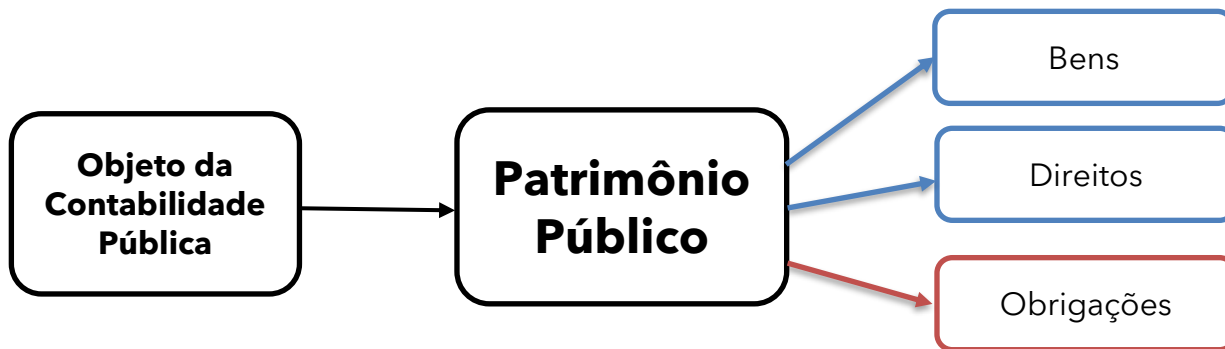
1.8D As **demais entidades** não compreendidas no item 1.8A, incluídas as empresas estatais independentes, **poderão aplicar esta estrutura conceitual e as demais NBCs TSP de maneira facultativa ou por determinação dos respectivos órgãos reguladores, fiscalizadores e congêneres**.

Muita atenção à diferenciação entre as estatais dependentes e as independentes:

1.8B As empresas **estatais dependentes** são empresas controladas que **recebem do ente controlador recursos financeiros para pagamento de despesas** com pessoal, despesas de custeio em geral ou despesas de capital, excluídos, no último caso, aqueles provenientes de aumento de participação acionária.

1.8C As **empresas estatais independentes** são todas as demais empresas controladas pelas entidades do setor público que não se enquadram nas características expostas no item 1.8B, as quais, **em princípio, não estão no alcance desta estrutura conceitual e das demais NBCs TSP** (ver item 1.8D).





Patrimônio Público: conjunto de direitos e bens, tangíveis ou intangíveis, onerados ou não, adquiridos, formados, produzidos, recebidos, mantidos ou utilizados pelas entidades do setor público, que seja portador ou represente um fluxo de benefícios, presente ou futuro, inerente à prestação de serviços públicos ou à exploração econômica por entidades do setor público e suas obrigações.

Em relação aos bens públicos, lembre-se dos três tipos e quais são controlados pela contabilidade pública:

- **Bens de uso especial** - utilizados pela administração pública para atingir seus fins. São controlados pela CASP.
- **Bens dominicais** - estão sob domínio do Poder Público, mas não possuem um fim específico. São controlados pela CASP.
- **Bens de uso comum do povo** - são aqueles que a sociedade como um todo usufrui. Nem sempre são controlados pela CASP, mas somente em alguns casos, como quando absorvem (ou absorveram) recursos públicos.

Objetivos da Contabilidade Aplicada ao Setor Público (CASP)

- **Fornecer informações** sobre:
 - Resultados alcançados
 - Aspectos de natureza:
 - Orçamentária - relacionados ao orçamento público propriamente dito.
 - Financeira - relacionados ao fluxo de caixa.
 - Econômica - relacionados aos resultados.
 - Física - relacionados à existência física dos elementos.



- Apoiar:
 - Tomada de decisão
 - Prestação de contas
 - Instrumentalização do controle social

O estudo da Contabilidade Aplicada ao Setor Público está amparado em diversos documentos, dentre os quais possuem maior importância o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), as NBCs TSPs e a Lei nº 4.320/64.

O MCASP é bastante abrangente e será abordado com frequência a partir da próxima aula.

Nessa parte introdutória, é importante que você conheça alguns pontos da NBC TSP Estrutura Conceitual.

Objetivos da elaboração e da divulgação da informação contábil.

- Esta parte está no item 2 da NBC TSP Estrutura Conceitual. A literalidade dele costuma ser cobrada, portanto faça a sua leitura (transcrevemos na íntegra logo abaixo).
- Parte do pressuposto de que o **objetivo principal da maioria das entidades do setor público é prestar serviços à sociedade**, em vez de obter lucros e gerar retorno aos investidores.
- Fornecimento de informações sobre a entidade do setor público que sejam úteis aos usuários dos RCPGs.
- Objetivos -> Subsidiar:
 - Processos decisórios
 - Prestação de contas
 - Responsabilização (*accountability*)

2. O objetivo principal da maioria das entidades do setor público é prestar serviços à sociedade, em vez de obter lucros e gerar retorno financeiro aos investidores. Consequentemente, o desempenho de tais entidades pode ser apenas parcialmente avaliado por meio da análise da situação patrimonial, do desempenho e dos fluxos de caixa. Os RCPGs fornecem informações aos seus usuários para subsidiar os processos decisórios e a prestação de contas e responsabilização (*accountability*). Portanto, os usuários dos RCPGs das entidades do setor público precisam de informações para subsidiar as avaliações de algumas questões, tais como:



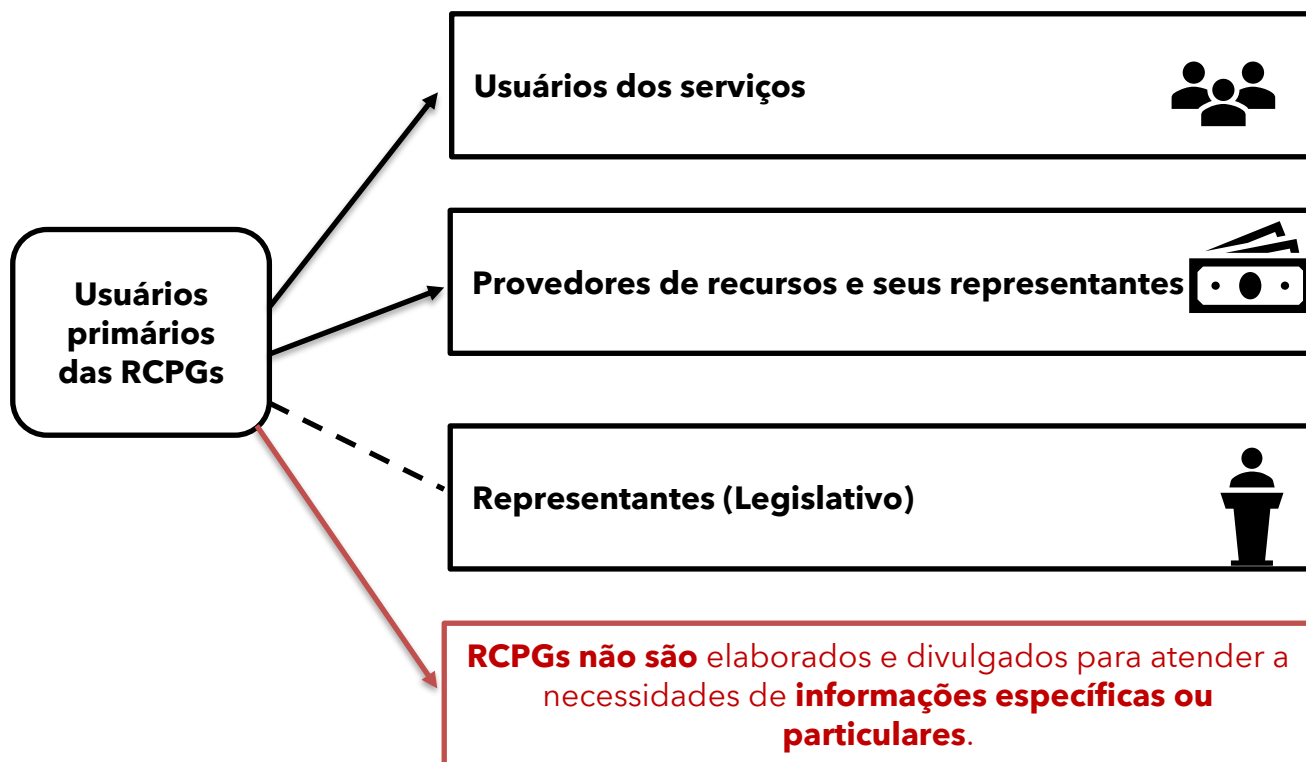
- (a) se a entidade prestou seus serviços à sociedade de maneira eficiente e eficaz;
- (b) quais são os recursos atualmente disponíveis para gastos futuros, e até que ponto há restrições ou condições para a utilização desses recursos;
- (c) a extensão na qual a carga tributária, que recai sobre os contribuintes em períodos futuros para pagar por serviços correntes, tem mudado; e
- (d) se a capacidade da entidade para prestar serviços melhorou ou piorou em comparação com exercícios anteriores.

Relatório Contábil de Propósito Geral das Entidades do Setor Público (RCPG)

- Elaborado para atender às necessidades dos **usuários em geral**.
- **Não tem o propósito de atender a finalidades ou necessidades específicas de determinados grupos de usuários.**
- Podem compreender relatórios diversos, cada qual atendendo a certos aspectos dos objetivos e do alcance da elaboração e divulgação da informação contábil.
- Abrangem:
 - Demonstrações contábeis, incluindo as notas explicativas.
 - Apresentação de informações que aprimoram, complementam e suplementam as demonstrações contábeis.
- A informação sobre a situação patrimonial possibilita aos usuários identificarem os recursos da entidade e as demandas sobre eles, o que subsidia avaliações como:
 - Extensão na qual a administração **cumpriu suas obrigações** em salvaguardar e administrar os recursos da entidade.
 - Extensão na qual os **recursos estão disponíveis** para dar suporte às atividades relativas à prestação de serviços futuros e às **mudanças** durante o exercício.
 - **Montantes e o cronograma** de fluxos de caixa futuros necessários aos serviços e ao pagamento das demandas existentes sobre os recursos da entidade.
- Para auxiliar os usuários a entender, interpretar e inserir em contexto a informação apresentada nas demonstrações contábeis, os RCPGs também podem fornecer informações financeiras e não financeiras que aprimoram, complementam e suplementam as demonstrações contábeis, inclusive as informações sobre questões relacionadas ao governo ou outra entidade do setor público, tais como:



- Conformidade com os orçamentos aprovados e outra regulamentação relativa às suas operações;
 - Atividades de prestação de serviços e os seus respectivos resultados durante o exercício;
 - Expectativas relacionadas às atividades de prestação de serviços e outras atividades no futuro, bem como as consequências, em longo prazo, das decisões tomadas e das atividades realizadas durante o exercício, inclusive aquelas que possam impactar as expectativas sobre o futuro.
- Como a informação contábil impõe custos, seus benefícios devem justificá-los. Portanto, essa relação custo-benefício deve ser feita, o que se trata de um julgamento de valor, pois nem sempre é possível identificar todos os custos e benefícios da informação incluída no RCPG.



Cabe destacar ainda que a Estrutura Conceitual traz normas gerais, todavia, quando tiver conflito entre ela e normas específicas vigentes, prevalecem as normas específicas.

Características qualitativas da informação contábil

As características qualitativas da informação incluídas nos RCPGs são atributos que tornam a informação útil aos usuários e dão suporte ao cumprimento dos objetivos da informação contábil.

Características qualitativas:

- **Relevância** - capacidade de influenciar significativamente o cumprimento dos objetivos da elaboração e da divulgação da informação contábil. As demonstrações são capazes de influenciar quando têm valor confirmatório, preditivo ou ambos.
 - As informações têm valor confirmatório se confirmarem ou alterarem expectativas passadas ou presentes.
 - As informações têm valor preditivo quando são voltadas ao futuro, apresentando informações acerca dos objetivos, custos e atividades previstas da prestação de serviços, além do montante e das fontes de recursos que se destinam a serem alocados na prestação de serviços no futuro.
 - Mesmo que alguns usuários já conheçam a informação ou decidam desconsiderá-la, ela será considerada relevante caso tenha o potencial de exercer influência.
- **Representação fidedigna** - é alcançada quando a representação do fenômeno é **completa, neutra e livre de erro material**.
 - Neutralidade corresponde à ausência de viés, o que significa que informação não é apresentada buscando atingir um resultado em particular.
 - Estar livre de erro material não significa exatidão completa, mas que não há erros ou omissões que sejam individualmente ou coletivamente relevantes na descrição do fenômeno.
- **Compreensibilidade** - permite que os usuários compreendam o seu significado. É aprimorada quando a informação é classificada e apresentada de maneira clara e sucinta.
 - A comparabilidade pode aprimorar a compreensibilidade.
- **Tempestividade** - disponibilidade para o usuário a tempo de ela ser útil para fins do objetivo da elaboração e divulgação da informação contábil.
 - A informação deve estar disponível aos usuários antes que ela perca a sua capacidade de ser útil para fins de prestação de contas, responsabilização (*accountability*) e tomada de decisão.



- **Comparabilidade** - possibilita ao usuário identificar semelhanças e diferenças entre dois conjuntos de fenômenos.
 - A comparabilidade difere da consistência. A consistência se refere à utilização dos mesmos princípios ou políticas contábeis e da mesma base de elaboração. A comparabilidade é o objetivo, enquanto a consistência auxilia a atingi-la.
 - Não é necessário haver uniformidade para haver comparabilidade. Informações semelhantes devem parecer semelhantes, informações distintas devem parecer distintas.
- **Verificabilidade** - ajuda a assegurar aos usuários que a informação contida nas demonstrações contábeis representa fielmente os fenômenos econômicos de outra natureza que se propõe a representar.
 - Para ser verificável, a informação não precisa ser um ponto único estimado, podendo também ser utilizado um intervalo de possíveis valores e suas probabilidades.

Restrições inerentes à informação:

- **Materialidade** - a informação é material quando a sua omissão ou distorção puder influenciar o cumprimento do dever de prestação de contas e responsabilização, ou as decisões que os usuários tomam com base nas demonstrações contábeis elaboradas para aquele exercício. Não há um limite predeterminado uniforme a partir do qual a informação é considerada material.
- **Custo-benefício** - se os benefícios de divulgar uma informação justificam os custos incorridos para fornecê-la e utilizá-la.
- **Alcance do equilíbrio adequado entre as características qualitativas** - deve-se buscar o equilíbrio entre as características qualitativas para satisfazer aos objetivos da elaboração e da divulgação da informação contábil, pois em muitos casos é necessária uma compensação entre elas para alcançar os objetivos da informação.

Elementos das demonstrações contábeis

- **Ativo** - recurso controlado no presente pela entidade como resultado de evento passado.
 - Recurso - item com potencial de serviços ou com a capacidade de gerar benefícios econômicos.
 - A propriedade legal do recurso não é uma característica essencial de um ativo, no entanto, é um indicador de controle.



- **Passivo** - obrigação presente, derivada de evento passado, cuja extinção deva resultar na saída de recursos da entidade.
 - Um passivo deve envolver uma saída de recursos da entidade para ser liquidado ou extinto. A obrigação que pode ser liquidada ou extinta sem a saída de recursos da entidade não é um passivo.
- **Situação patrimonial líquida** - diferença entre os ativos e os passivos após a inclusão de outros recursos e a dedução de outras obrigações, reconhecida na demonstração que evidencia a situação patrimonial como patrimônio líquido.
- **Receita** - aumentos na situação patrimonial líquida da entidade não oriundos de contribuições dos proprietários.
- **Despesa** - diminuições na situação patrimonial líquida da entidade não oriundas de distribuições aos proprietários.
- **Superávit ou déficit da entidade para o exercício** - diferença entre as receitas e as despesas que constam nas demonstrações que evidencia o desempenho das entidades do setor público.
- **Contribuição dos proprietários** - entrada de recursos para a entidade a título de contribuição das partes externas, que estabelece ou aumenta a participação delas no patrimônio líquido da entidade.
- **Distribuição aos proprietários** - saída de recursos da entidade a título de distribuição a partes externas, que representa retorno sobre a participação ou a redução dessa participação no patrimônio líquido da entidade.

Orçamentário X Patrimonial

Mesmo que este seja seu primeiro contato com esta disciplina, se você já estudou Contabilidade, lembra que temos os regimes de caixa e o de competência:

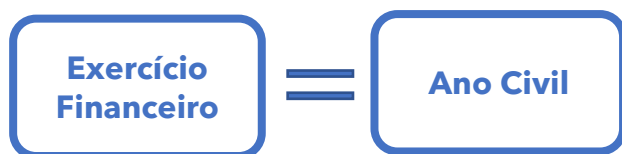
- **Regime de competência** -> os registros contábeis são realizados em função do fato gerador, independentemente do recebimento ou pagamento dos valores.
- **Regime de caixa** -> os registros contábeis são realizados em função dos efetivos recebimentos ou pagamentos dos valores.

Em Contabilidade Pública, os lançamentos podem ainda ser patrimoniais ou orçamentários. De início, é essencial que você conheça estes artigos da Lei nº 4.320/64:

*"Art. 34. O **exercício financeiro** coincidirá com o **ano civil**."*



Esse artigo é simples e cobrado com frequência, não se esqueça dele:



"Art. 35. Pertencem ao exercício financeiro:

I - as **receitas nêle arrecadadas**;

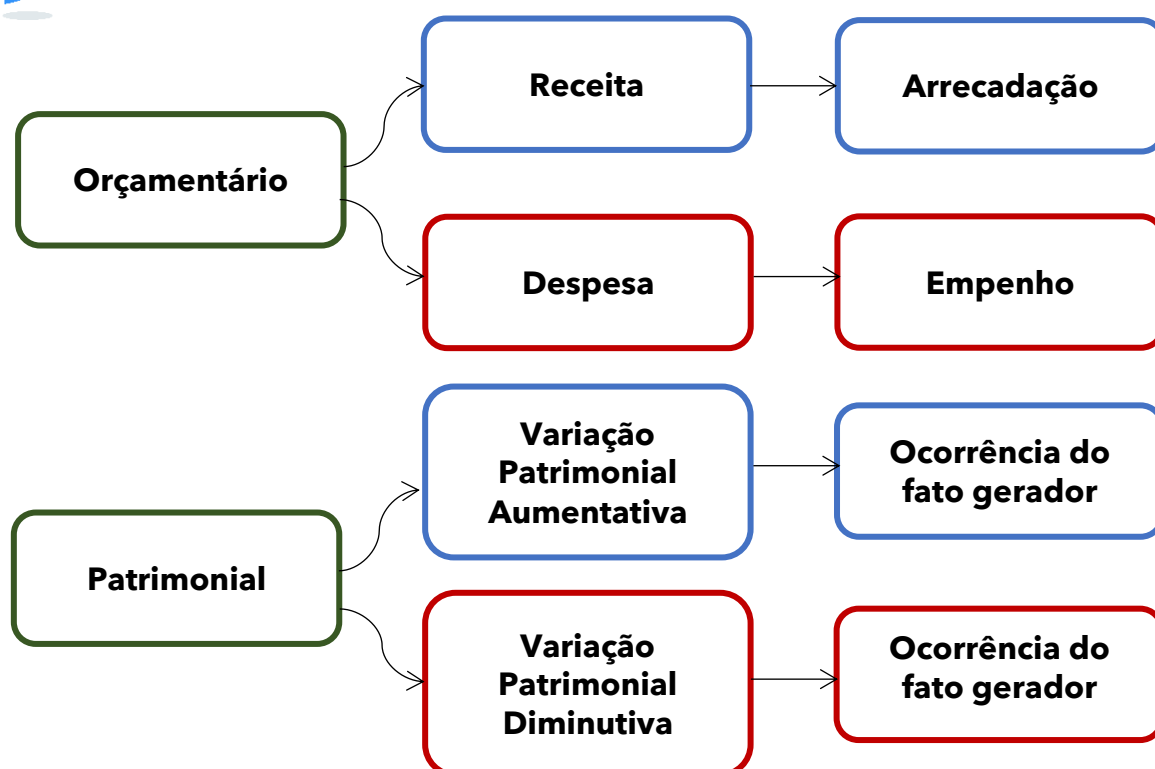
II - as **despesas nêle legalmente empenhadas**."

O artigo 35 diz respeito aos **lançamentos orçamentários** e traz um regime misto, em que as **receitas são reconhecidas pelo regime de caixa** e as **despesas pelo regime de competência**.

Todavia, nos lançamentos patrimoniais, segue-se o **regime de competência**.



ESQUEMATIZANDO



Para consolidar...

Pense no IPTU da sua casa. No início do ano, a Prefeitura já reconhece a VPA por conta da constituição da sua obrigação em pagar o imposto. Todavia, a receita orçamentária será reconhecida somente no momento da arrecadação.

É importante que você entenda bem essa diferença, mas se tiver com alguma dificuldade, não se preocupe, pois ela será revista várias vezes nas próximas aulas.

Princípios da Contabilidade

Os Princípios da Contabilidade estavam previstos na Resolução nº 750/93. Todavia, esta foi revogada com a publicação da NBC TSP Estrutura Conceitual, que faz parte do processo de convergência às normas internacionais.

Isso não necessariamente significa que os princípios estejam extintos, mas sim que a norma foi revogada para evitar eventuais conflitos de referências conceituais. Após a revogação a cobrança vem sendo muito rara, mas ainda assim entendo que seja importante você conhecer os seguintes:

Entidade - O patrimônio da entidade não se confunde com o patrimônio dos sócios. A entidade possui autonomia patrimonial. A soma ou agregação de patrimônios autônomos não resulta em nova entidade.

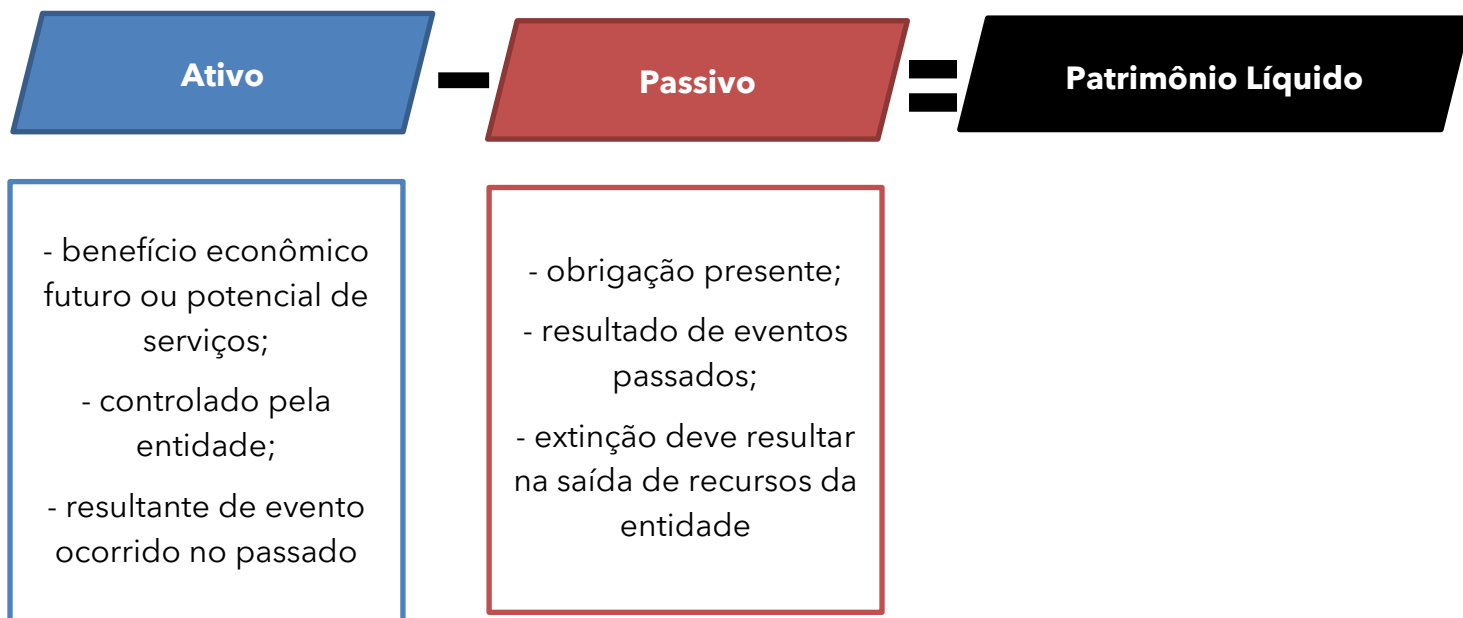
Oportunidade - Refere-se ao processo de mensuração e apresentação dos componentes patrimoniais para produzir informações íntegras e tempestivas. A falta de integridade e tempestividade na produção e na divulgação da informação contábil pode ocasionar a perda de sua relevância, sendo necessário ponderar a relação entre a oportunidade e a confiabilidade da informação.

Competência - Determina que os efeitos das transações e outros eventos sejam reconhecidos nos períodos a que se referem, independentemente do recebimento ou pagamento.



APOSTA ESTRATÉGICA

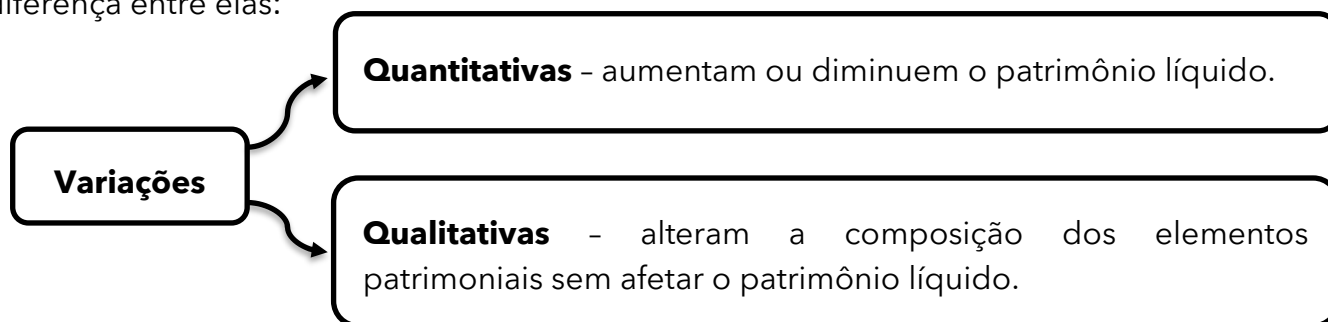
Dentre os assuntos abordados neste relatório, é de suma importância que você entenda as características básicas do ativo, do passivo e do patrimônio líquido.



No mesmo sentido, é importante conhecer o Resultado Patrimonial:



É muito provável ainda que a banca apresente algumas transações e peça que você identifique se são variações patrimoniais quantitativas ou qualitativas. Portanto, lembre-se da principal diferença entre elas:



QUESTÕES ESTRATÉGICAS



Conceitos, objeto, abrangência e campo de aplicação

1. (Instituto AOCF/2022/CGE MS/Auditor do Estado)

As características qualitativas são atributos que tornam a informação útil para os usuários e dão suporte ao cumprimento dos objetivos da informação contábil. De acordo com as características qualitativas da informação contábil, assinale a alternativa correta.

- a) A representação fidedigna ocorre quando as informações financeiras e não financeiras são capazes de influenciar significativamente o cumprimento dos objetivos da elaboração e da divulgação das informações contábeis.
- b) A verificabilidade significa ter informação disponível para os usuários antes que ela perca a sua capacidade de ser útil para fins do objetivo da elaboração e da divulgação da informação contábil.
- c) A relevância é alcançada quando a representação do fenômeno é completa, neutra e livre de erro material.
- d) A tempestividade é a qualidade da informação que possibilita aos usuários identificar semelhanças e diferenças entre dois conjuntos de fenômenos.
- e) A compreensibilidade é aprimorada quando a informação é classificada e apresentada de maneira clara e sucinta.

Comentários

A alternativa E traz corretamente uma afirmação sobre a característica qualitativa da compreensibilidade, e, portanto, é o gabarito da questão.

As demais invertem as definições das características qualitativas:

- a) A ~~representação fidedigna~~ **relevância** ocorre quando as informações financeiras e não financeiras são capazes de influenciar significativamente o cumprimento dos objetivos da elaboração e da divulgação das informações contábeis.
- b) A ~~verificabilidade~~ **tempestividade** significa ter informação disponível para os usuários antes que ela perca a sua capacidade de ser útil para fins do objetivo da elaboração e da divulgação da informação contábil.



- c) A **relevância representação fidedigna** é alcançada quando a representação do fenômeno é completa, neutra e livre de erro material.
- d) A **tempestividade comparabilidade** é a qualidade da informação que possibilita aos usuários identificar semelhanças e diferenças entre dois conjuntos de fenômenos.

Gabarito: E

2. (Instituto AOCP/2022/SEAD GO/Analista - Contabilidade)

Os procedimentos contábeis estabelecidos no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (9ª edição) aplicam-se, obrigatoriamente, às entidades do setor público. Nesse sentido, estão compreendidos no conceito de entidades do setor público, EXCETO

- a) as defensorias públicas.
- b) os consórcios públicos.
- c) as empresas estatais dependentes.
- d) as fundações públicas.
- e) os conselhos profissionais.

Comentários

Como vimos em nosso roteiro de revisão, os conselhos profissionais aplicam facultativamente as normas de contabilidade aplicada ao setor público, o que nos leva à letra E como gabarito.

Defensorias públicas, consórcios públicos, empresas estatais dependentes e fundações públicas estão compreendidos no conceito de entidades do setor público e devem aplicar obrigatoriamente as normas de contabilidade aplicada ao setor público.

Reforçando com a literalidade do MCASP (9ª edição):

As normas estabelecidas no MCASP aplicam-se, **obrigatoriamente**, às entidades do setor público. **Estão compreendidos no conceito de entidades do setor público:** os governos nacional (União), estaduais, distrital (Distrito Federal) e municipais e seus respectivos poderes (abrangidos os tribunais de contas, as **defensorias** e o Ministério Público), órgãos, secretarias, departamentos, agências, autarquias, **fundações (instituídas e mantidas pelo poder público)**, fundos, **consórcios públicos** e outras repartições públicas congêneres das administrações direta e indireta (**inclusive as empresas estatais dependentes**).

Os **Conselhos Profissionais e as demais entidades não compreendidas no conceito de entidades do setor público**, incluídas as empresas estatais independentes, poderão aplicar as normas estabelecidas no MCASP de maneira facultativa ou por determinação dos respectivos órgãos reguladores, fiscalizadores e congêneres.

Gabarito: E



3. (Instituto AOCP/2021/ITEP RN/Perito - Contabilidade e Economia)

Acerca dos aspectos introdutórios da contabilidade aplicada ao setor público, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) As empresas estatais dependentes devem aplicar tanto a legislação societária como a legislação aplicável ao setor público.
- b) Os serviços sociais autônomos não são obrigados a aplicar as normas aplicáveis ao setor público.
- c) O objeto da contabilidade aplicada ao setor público é o patrimônio público.
- d) O objetivo da elaboração e da divulgação da informação contábil é fornecer informações úteis aos usuários dos relatórios contábeis de propósitos gerais das entidades do setor público.
- e) Os relatórios contábeis de propósitos gerais das entidades do setor público são elaborados e divulgados para atender as necessidades de informações específicas ou particulares.

Comentários

A alternativa incorreta é a letra E, tendo em vista que, conforme previsto na NBC TSP Estrutura Conceitual, os relatórios contábeis de propósitos gerais não são elaborados e divulgados para atender as necessidades de informações específicas ou particulares, mas são elaborados para atender às necessidades dos usuários em geral.

Gabarito: E

4. (Instituto AOCP/2021/FSNH/Contador)

As Normas estabelecidas pelo Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público aplicam-se, obrigatoriamente, às entidades do setor público. Estão compreendidos no conceito de entidades do setor público os/a(s)

- a) Conselhos de Regulamentação Profissional.
- b) Empresas Estatais Independentes.
- c) Serviços Sociais Autônomos.
- d) Organização da Sociedade Civil de Interesse Público.
- e) Fundos.

Comentários

Primeiramente, vejamos o que diz o MCASP (9ª edição):

“As normas estabelecidas no MCASP aplicam-se, obrigatoriamente, às entidades do setor público. **Estão compreendidos no conceito de entidades do setor público:** os governos nacional (União), estaduais, distrital (Distrito Federal) e municipais e seus



respectivos poderes (abrangidos os tribunais de contas, as defensorias e o Ministério Público), órgãos, secretarias, departamentos, agências, autarquias, fundações (instituídas e mantidas pelo poder público), **fundos**, consórcios públicos e outras repartições públicas congêneres das administrações direta e indireta (inclusive as empresas estatais dependentes).”

Sim, colocar fundos de forma isolada poderia confundir o candidato, que poderia pensar, por exemplo, em um fundo de investimento. Contudo, o gabarito realmente é a letra E, pois os fundos constituídos com recursos públicos fazem parte do conceito de entidade do setor público.

Sobre as demais alternativas:

A e C - Os conselhos de regulamentação profissional e os serviços sociais autônomos aplicam facultativamente a contabilidade pública.

B e D - Aplicam a contabilidade societária, em regra.

Gabarito: E

5. (Instituto AOCP/2020/Prefeitura de Betim/Contador)

A estrutura conceitual estabelece os conceitos que fundamentam a elaboração e a divulgação dos Relatórios Contábeis de Propósito Geral das Entidades do Setor Público (RCPGs), os quais devem ser elaborados com base no regime de

- a) oportunidade.
- b) caixa.
- c) base modificada.
- d) orçamento.
- e) competência.

Comentários

Devem ser elaborados com base no regime de competência, conforme prevê a NBC TSP Estrutura Conceitual:

“1.1 A estrutura conceitual estabelece os conceitos que fundamentam a elaboração e a divulgação dos Relatórios Contábeis de Propósito Geral das Entidades do Setor Público (RCPGs), **os quais devem ser elaborados com base no regime de competência**. O Conselho Federal de Contabilidade (CFC) aplicará estes conceitos no desenvolvimento das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCs TSP) e nas demais disposições aplicáveis à elaboração e divulgação dos RCPGs.”

Gabarito: E



6. (Instituto AOCP/2019/UFPB/Contador)

O objetivo principal da informação contábil é fornecer informação para fins de prestação de contas e tomada de decisão. Assinale a alternativa que apresenta corretamente uma das características qualitativas de uma informação contábil pública, segundo o MCASP (2017).

- a) Conservadorismo contábil.
- b) Custo-benefício empresarial.
- c) Custos glosados.
- d) Irrelevância.
- e) Tempestividade.

Comentários

As características qualitativas da informação contábil são relevância, representação fidedigna, compreensibilidade, **tempestividade**, comparabilidade e verificabilidade. Portanto, a alternativa correta é a letra E.

Gabarito: E

7. (Instituto AOCP/2022/AGESAN RS/Contador)

Considerando a NBC TSP Estrutura Conceitual, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) Os objetivos da elaboração e divulgação da informação contábil estão relacionados ao fornecimento de informações sobre a entidade do setor público que são úteis aos usuários dos Relatórios Contábeis de Propósito Geral das Entidades do Setor Público (RCPGs) para prestação de contas, responsabilização (accountability) e tomada de decisão.
- b) Os cidadãos recebem os serviços do governo e de outras entidades do setor público e proveem parte dos recursos para esse fim, por isso eles são usuários primários dos Relatórios Contábeis de Propósito Geral das Entidades do Setor Público (RCPGs).
- c) Para atender a característica qualitativa da compreensibilidade, é necessário que as explicações acerca das informações financeiras e não financeiras e as informações adicionais acerca da prestação de serviços e de outros resultados durante o exercício, além das expectativas para os períodos futuros, sejam escritas em linguagem simples e apresentadas de maneira que sejam prontamente compreensíveis pelos usuários.
- d) O valor de mercado reflete as restrições na venda e é específico à entidade.
- e) Custo de reposição ou de substituição é o custo mais econômico exigido para a entidade substituir o potencial de serviços de ativo na data do relatório.



Comentários

A questão também traz alguns pontos que trabalharemos em aula futuro, ainda assim, já conseguimos respondê-la. Vamos trabalhar a partir da literalidade da NBC TPS Estrutura Conceitual.

A - Certa.

Objetivos da elaboração e divulgação da informação contábil

2.1 Os objetivos da elaboração e divulgação da informação contábil estão relacionados ao fornecimento de informações sobre a entidade do setor público que são úteis aos usuários dos RCPGs para a prestação de contas e responsabilização (*accountability*) e tomada de decisão.

B - Certa.

2.5 Os cidadãos recebem os serviços do governo e de outras entidades do setor público e proveem parte dos recursos para esse fim. Assim, eles são usuários primários dos RCPGs. Alguns usuários dos serviços e alguns provedores de recursos que dependem dos RCPGs para obter informações que eles necessitam para os propósitos de prestação de contas e responsabilização (*accountability*) e tomada de decisão podem não ser cidadãos, como, por exemplo: indivíduos que pagam tributos e recebem benefícios e não são considerados cidadãos; agências bilaterais ou multilaterais; provedores de recursos e corporações que realizam transações com o governo; bem como aqueles que financiam e/ou se beneficiam dos serviços fornecidos por organizações governamentais internacionais. Na maioria dos casos, os governos que proveem recursos para as organizações governamentais internacionais são dependentes dos RCPGs daquelas organizações para fins de prestação de contas e responsabilização (*accountability*) e tomada de decisão.

C - Certa.

3.17 A compreensibilidade é a qualidade da informação que permite que os usuários compreendam o seu significado. Os RCPGs devem apresentar a informação de maneira que corresponda às necessidades e à base do conhecimento dos usuários, bem como a natureza da informação apresentada. Por exemplo, **as explicações acerca das informações financeiras e não financeiras e as informações adicionais acerca da prestação de serviços e outros resultados durante o exercício, além das expectativas para os períodos futuros, devem ser escritas em linguagem simples e apresentadas de maneira que sejam prontamente compreensíveis pelos usuários.** A compreensão é aprimorada quando a informação é classificada e apresentada de maneira clara e sucinta. A comparabilidade pode também aprimorar a compreensibilidade.

D - Errada. O valor de mercado é o valor que pode ser obtido em transações sob condições normais de mercado, portanto, ele não é específico para a entidade.



E - Certa.

Custo de reposição ou substituição

7.37 Custo de reposição ou substituição é o custo mais econômico exigido para a entidade substituir o potencial de serviços de ativo (inclusive o montante que a entidade recebe a partir de sua alienação ao final da sua vida útil) na data do relatório.

Gabarito: D

8. (Instituto AOCF/2019/Prefeitura de São Bento do Sul/Contador)

Consoante ao Relatório Contábil de Propósito Geral das Entidades do Setor Público (RCPG), assinale a alternativa INCORRETA.

- a) O objetivo da elaboração e divulgação da informação contábil é fornecer informações úteis aos usuários dos RCPGs com a finalidade de prestação de contas e responsabilização (accountability) e tomada de decisão.
- b) Abrange as demonstrações contábeis (incluindo as suas notas explicativas) e a apresentação de informações que aprimoram, complementam e suplementam as demonstrações contábeis.
- c) É elaborado e divulgado para atender as necessidades de informações específicas de diversos usuários, dentre os quais estão os órgãos centrais de orçamento e controle e agências reguladoras e supervisoras.
- d) Não é elaborado e divulgado para atender a necessidades de informações específicas ou particulares.

Comentários

A alternativa incorreta é a letra C, tendo em vista que o RCPG não tem por objetivo atender as necessidades de informações específicas de usuários, conforme prevê a NBC TSP Estrutura Conceitual:

“1.4 Os RCPGs são os componentes centrais da transparência da informação contábil dos governos e de outras entidades do setor público, aprimorando-a e favorecendo-a. Os RCPGs são relatórios contábeis elaborados para atender às necessidades dos usuários em geral, **não tendo o propósito de atender a finalidades ou necessidades específicas de determinados grupos de usuários.**”

Gabarito: C



9. (Instituto AOCP/2018/ITEP RN/Perito - Economia e Contabilidade)

O objetivo da Contabilidade Aplicada ao Setor Público é fornecer aos usuários informações sobre os resultados alcançados e os aspectos de natureza orçamentária, econômica, financeira e física do patrimônio da entidade do setor público.

Qual é o objeto da contabilidade aplicada ao Setor Público?

- a) O orçamento público.
- b) O balanço patrimonial do setor público.
- c) As finanças do setor público.
- d) O patrimônio público.
- e) A dívida pública.

Comentários

Simple e direto: O objeto da contabilidade pública é o **patrimônio público**. Portanto, a letra D é o gabarito da questão.

Gabarito: D

10. (Instituto AOCP/2019/IBGE/Analista Censitário - Ciências Contábeis)

Para ser útil como informação contábil, a informação deve corresponder à representação fidedigna dos fenômenos econômicos e outros que se pretenda representar. Essa representação é alcançada quando a representação do fenômeno é completa, neutra e livre de erro material. A informação que representa fielmente determinado fenômeno econômico deve retratar a substância da transação. Portanto, a 8ª edição do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) recomenda que se deve atentar para

- a) que prevaleça a conjuntura econômica e não apenas as políticas fiscais e tributárias.
- b) a forma legal.
- c) que prevaleça a essência jurídica.
- d) as características quantitativas e não apenas qualitativas da informação contábil.
- e) a essência e realidade econômica e não apenas sua forma legal.

Comentários

Aquela velha máxima da contabilidade: A essência prevalece sobre a forma. Essa regra vale tanto para a contabilidade geral como a pública. Como a questão trata do MCASP, vejamos o que ele diz: "Ao avaliar se um item se enquadra na definição de ativo, passivo ou patrimônio líquido, deve-se **atentar para a sua essência e realidade econômica e não apenas sua forma legal.**"

Gabarito: E



Regimes Orçamentário e Patrimonial

11. (Instituto AOC/2022/IFNMG/Técnico Contabilidade)

Em relação ao regime contábil nas entidades do setor público, assinale a alternativa que evidencia o reconhecimento da despesa pelo regime de competência quando do evento da aquisição de material de consumo.

- a) Será registrado no momento do empenho da despesa com aquisição do material de consumo.
- b) Será registrado no momento do recebimento e incorporação ao almoxarifado.
- c) Será registrado no momento do pagamento da despesa com aquisição do material de consumo.
- d) Será registrado no momento da saída do almoxarifado desse material de consumo.
- e) Será registrado no momento da liquidação e incorporação ao almoxarifado.

Comentários

No regime de competência, a despesa é reconhecida quando da ocorrência do seu fato gerador. No caso do material de consumo, quando da compra, não ocorre uma despesa, pois ao mesmo tempo em que há uma saída de caixa ou o reconhecimento de um passivo relativo à obrigação do pagamento, há a entrada do material no almoxarifado. A despesa é reconhecida no momento em que é registrada a saída desse material do almoxarifado, sendo, portanto, a letra D o gabarito.

Gabarito: D

12. (Instituto AOC/2022/AGESAN RS/Contador)

Em relação ao Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), assinale a alternativa correta.

- a) Conforme o regime orçamentário, pertencem ao exercício financeiro as despesas nele legalmente liquidadas.
- b) Conforme o regime patrimonial, no âmbito da atividade tributária, pode-se utilizar o momento do lançamento como referência para o reconhecimento das receitas tributárias.
- c) Conforme o regime orçamentário, pertencem ao exercício financeiro as despesas nele legalmente pagas.
- d) Conforme o regime patrimonial, pertencem ao exercício financeiro as despesas nele legalmente empenhadas.
- e) Conforme o regime patrimonial, os efeitos das transações e de outros eventos devem ser reconhecidos nos períodos a que se referem, dependendo do recebimento ou pagamento.



Comentários

A alternativa correta é a letra B, pois realmente as receitas tributárias devem ter seu reconhecimento patrimonial no momento do lançamento, que é o momento em que se constitui a obrigação do devedor.

Corrigindo as demais:

- a) Conforme o regime orçamentário, pertencem ao exercício financeiro as despesas nele legalmente **liquidadas empenhadas**.
- c) Conforme o regime orçamentário, pertencem ao exercício financeiro as despesas nele legalmente **pagas empenhadas**.
- d) Conforme o regime **patrimonial orçamentário**, pertencem ao exercício financeiro as despesas nele legalmente empenhadas.
- e) Conforme o regime patrimonial, os efeitos das transações e de outros eventos devem ser reconhecidos nos períodos a que se referem, **dependendo independente** do recebimento ou pagamento.

Gabarito: B

13.(Instituto AOCP/2019/Prefeitura de Cariacica/Contador)

Na Contabilidade Aplicada ao Setor Público, consideram-se as receitas e despesas sob

- dois regimes, os quais são:
 - a) orçamentário e financeiro.
 - b) financeiro e gerencial.
 - c) orçamentário e patrimonial.
 - d) orçamentário e fiscal.

Comentários

Como vimos ao longo da aula, os regimes são o orçamentário e o patrimonial, conforme afirma a alternativa C.

Gabarito: C

14.(Instituto AOCP/2021/ITEP RN/Perito - Contabilidade e Economia)

No setor público, o regime orçamentário reconhece a despesa orçamentária no exercício financeiro da emissão do empenho e a receita orçamentária é reconhecida

- a) na previsão.
- b) no lançamento.
- c) na arrecadação.
- d) no recolhimento.



e) pelo fato gerador.

Comentários

O conhecimento do art. 35 da Lei nº 4.320/64 é essencial no estudo da contabilidade pública. Vejamos:

"Art. 35. *Pertencem ao exercício financeiro:*

*I - as **receitas nêle arrecadadas;***

II - as despesas nêle legalmente empenhadas."

O gabarito é a letra C, tendo em vista que a receita orçamentária é reconhecida na arrecadação.

Gabarito: C

15.(Instituto AOCP/2019/Prefeitura de Cariacica/Contador)

Conforme o disposto no Art. 35 da Lei nº 4.320/1964, o registro da receita orçamentária nas entidades do setor público ocorre no momento do(a)

- a) lançamento e decorre do enfoque patrimonial.
- b) lançamento e decorre do enfoque orçamentário.
- c) arrecadação e decorre do enfoque orçamentário.
- d) arrecadação e decorre do enfoque patrimonial.

Comentários

Semelhante à questão anterior, só acrescentando a informação de que o art. 35 trata do enfoque orçamentário. A alternativa correta é a letra C, pois a receita orçamentária, sob o enfoque orçamentário, é reconhecida no momento da arrecadação.

Gabarito: C

16.(Instituto AOCP/2019/UFPB/Técnico Contabilidade)

No que diz respeito aos regimes contábeis da área pública, assinale a alternativa correta.

- a) No regime de competência, toda receita e toda despesa do exercício pertencem ao próprio exercício, embora já empenhadas, ou seja, uma vez terminada a vigência do orçamento, passam para o exercício seguinte, a fim de serem arrecadadas ou pagas.
- b) O regime de caixa determina que as receitas e as despesas são atribuídas aos exercícios de acordo com a real incorrência, ou seja, de acordo com a data do fato gerador e não quando são recebidas ou pagas em dinheiro.
- c) No regime de competência, tanto as receitas por arrecadar, ainda que lançadas, como as despesas empenhadas e a liquidadas, porém não pagas, devem ser transferidas para o orçamento do exercício financeiro seguinte.



- d) O regime de caixa é o período em que se executa o orçamento. Quando o ano financeiro não coincide com o ano civil, existe a necessidade de um período adicional.
- e) No regime de competência, a receita é reconhecida no período em que é arrecadada e a despesa paga nesse mesmo período. O regime de caixa compreende todos os recebimentos e pagamentos efetuados no exercício.

Comentários

A - Certa. Independentemente do empenho, arrecadação ou pagamento, o regime de competência considera a ocorrência do fato gerador.

B - Errada. É o contrário. No regime de caixa o que se considera é o recebimento ou pagamento em dinheiro.

C - Errada. No regime de competência o que importa é a ocorrência do fato gerador, independentemente do pagamento ou do recebimento.

D - Errada. Na contabilidade pública, considera-se o ano civil. Não há essa consideração de período adicional.

E - Errada. No regime de competência considera-se a ocorrência do fato gerador, não o pagamento ou recebimento.

Gabarito: A

17.(Instituto AOCP/2019/IBGE/Analista Censitário - Ciências Contábeis)

Sobre o relacionamento do Regime Orçamentário com o Regime Contábil, assinale a alternativa correta.

- a) Pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas nele empenhadas e liquidadas.
- b) As variações patrimoniais devem ser evidenciadas quando forem resultantes da execução orçamentária.
- c) As alterações da situação líquida patrimonial, que abrangem os resultados da execução orçamentária, bem como as variações independentes dessa execução e as superveniências e insubsistências ativas e passivas, constituirão elementos da conta patrimonial.
- d) Com o objetivo de evidenciar o impacto no patrimônio, deve haver o registro da variação patrimonial aumentativa e da diminutiva, resultantes da execução orçamentária, em função do fato gerador.
- e) Além do registro dos fatos ligados à execução orçamentária, deve-se proceder à evidenciação dos fatos ligados à administração financeira e patrimonial, de maneira que os fatos permutativos sejam levados à conta de resultado.



Comentários

No caso, entenda Regime Contábil como Regime Patrimonial, pois ambas as denominações são aceitas.

A - Errada. No Regime Orçamentário pertencem ao exercício as despesas nele empenhadas, mesmo que não tenham sido liquidadas.

B - Errada. No Regime Contábil, as variações patrimoniais devem ser reconhecidas mesmo que não dependam da execução orçamentária.

C - Certa. Mesmo que não componham o orçamento, as variações patrimoniais constituem elementos da conta patrimonial.

D - Errada. Não somente as resultantes da execução orçamentária, mas também as independentes da execução orçamentária.

E - Errada. Veremos isso nas aulas sobre os procedimentos contábeis patrimoniais. Mas o erro é que os fatos permutativos não geram efeitos no resultado patrimonial.

Gabarito: C

18.(Instituto AOCP/2019/Prefeitura de Cariacica/Contador)

Considerando o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, em relação ao regime contábil, as variações patrimoniais

- a) aumentativas deverão ser registradas na arrecadação.
- b) diminutivas deverão ser registradas pelo empenho.
- c) aumentativas deverão ser registradas por competência.
- d) aumentativas deverão ser registradas na liquidação.

Comentários

No caso, as variações patrimoniais aumentativas e diminutivas são reconhecidas conforme a ocorrência do fato gerador, ou seja, são registradas por competência, conforme afirma a alternativa C.

Gabarito: C

19.(Instituto AOCP/2018/UEFS/Analista - Contabilidade)

Em relação ao reconhecimento da Receita pública e da Despesa pública, informe se é verdadeiro (V) ou falso (F) o que se afirma a seguir e assinale a alternativa com a sequência correta.

- () Sob o enfoque orçamentário, a receita é reconhecida pelo regime de caixa.
- () Sob o enfoque orçamentário, a despesa é reconhecida pelo regime de caixa.
- () Sob o enfoque orçamentário, o regime utilizado pela contabilidade pública é o regime misto.



- () Sob o enfoque patrimonial, a receita é reconhecida pelo regime de caixa.
- () Sob o enfoque patrimonial, a despesa é reconhecida pelo regime de competência.
- a) V - F - V - F - V.
- b) V - V - F - V - F.
- c) F - F - V - V - F.
- d) V - V - F - F - F.
- e) F - V - F - V - F.

Comentários

(V) Sob o enfoque orçamentário, a receita é reconhecida pelo regime de caixa. Sob o enfoque orçamentário, a receita é reconhecida no momento da arrecadação, ou seja, pelo regime de caixa.

(F) Sob o enfoque orçamentário, a despesa é reconhecida pelo regime de caixa. É reconhecida no momento do empenho, portanto, não é pelo regime de caixa.

(V) Sob o enfoque orçamentário, o regime utilizado pela contabilidade pública é o regime misto. No orçamentário, as receitas são reconhecidas por caixa e as despesas por competência, tratando-se de um regime misto.

(F) Sob o enfoque patrimonial, a receita é reconhecida pelo regime de caixa. No enfoque patrimonial, tanto a receita quanto a despesa são reconhecidas por competência.

(V) Sob o enfoque patrimonial, a despesa é reconhecida pelo regime de competência. Tanto a receita como a despesa, no enfoque patrimonial, são por competência.

Gabarito: A

20.(Instituto AOCP/2018/ITEP RN/Perito - Contabilidade e Economia)

No setor público, a contabilidade mantém o registro das receitas e despesas orçamentárias realizadas, e essas receitas e despesas orçamentárias são executadas, no exercício financeiro,

- a) pelo regime misto, sendo as receitas incorridas conforme seu fato gerador e as despesas legalmente empenhadas.
- b) pelo regime misto, sendo as receitas arrecadadas e as despesas legalmente empenhadas.
- c) pelo regime misto, sendo as receitas arrecadadas e as despesas legalmente fixadas no orçamento.
- d) pelo regime misto, sendo as receitas recebidas e as despesas legalmente liquidadas.
- e) pelo regime de caixa, sendo as receitas recebidas e as despesas legalmente pagas.



Comentários

Conforme a Lei nº 4.320/64:

"Art. 35. *Pertencem ao exercício financeiro:*

*I - as **receitas nêle arrecadadas;***

*II - as **despesas nêle legalmente empenhadas.**"*

Trata-se, portanto, de um regime misto, em que as receitas são reconhecidas por caixa e as despesas por competência.

Gabarito: B



QUESTIONÁRIO DE REVISÃO E APERFEIÇOAMENTO

A ideia do questionário é elevar o nível da sua compreensão no assunto e, ao mesmo tempo, proporcionar uma outra forma de revisão de pontos importantes do conteúdo, a partir de perguntas que exigem respostas subjetivas.

São questões um pouco mais desafiadoras, porque a redação de seu enunciado não ajuda na sua resolução, como ocorre nas clássicas questões objetivas.

O objetivo é que você realize uma autoexplicação mental de alguns pontos do conteúdo, para consolidar melhor o que aprendeu ;)

Além disso, as questões objetivas, em regra, abordam pontos isolados de um dado assunto. Assim, ao resolver várias questões objetivas, o candidato acaba memorizando pontos isolados do conteúdo, mas muitas vezes acaba não entendendo como esses pontos se conectam.

Assim, no questionário, buscaremos trazer também situações que ajudem você a conectar melhor os diversos pontos do conteúdo, na medida do possível.

É importante frisar que não estamos adentrando em um nível de profundidade maior que o exigido na sua prova, mas apenas permitindo que você compreenda melhor o assunto de modo a facilitar a resolução de questões objetivas típicas de concursos, ok?

Nosso compromisso é proporcionar a você uma revisão de alto nível!

Vamos ao nosso questionário:

Perguntas

- 1. Dentre as empresas estatais, quais são obrigadas e quais aplicam facultativamente as normas da Contabilidade Aplicada ao Setor Público?**
- 2. Qual o objeto da contabilidade aplicada ao setor público?**
- 3. O RCPG tem o propósito de atender as necessidades específicas de qual grupo de usuários?**
- 4. O que abrange o RCPG?**



- 5. Quem são os usuários primários dos RCPG?**
- 6. Se houver algum conflito entre a NBC TSP Estrutura Conceitual e alguma norma específica, qual deve prevalecer?**
- 7. Quais as seis características qualitativas apresentadas pela NBC TSP Estrutura Conceitual?**
- 8. Quais as três restrições inerentes à informação apresentadas pela NBC TSP Estrutura Conceitual?**
- 9. Quando uma informação contábil possui a característica qualitativa da relevância?**
- 10. Qual a diferença entre comparabilidade e consistência?**
- 11. A respeito das características qualitativas da informação contábil, quando é alcançada a representação fidedigna?**
- 12. Qual a característica qualitativa segundo a qual a informação deve estar disponível a tempo de ser útil?**
- 13. Qual característica qualitativa que ajuda a assegurar aos usuários que a informação contida nas demonstrações contábeis representa fielmente os fenômenos econômicos de outra natureza que se propõe a representar?**
- 14. Quando uma informação é considerada material?**
- 15. De acordo com a Lei 4.320/64, em qual momento são reconhecidas as receitas?**
- 16. De acordo com a Lei 4.320/64, em qual momento são reconhecidas as despesas?**



17. A arrecadação e o empenho dizem respeito à execução orçamentária ou ao reconhecimento contábil patrimonial?

18. Em que momento deve ser reconhecidas as variações patrimoniais aumentativas e as diminutivas?

19. A execução da despesa orçamentária e da variação patrimonial diminutiva devem ser reconhecidas concomitantemente?

20. As etapas da receita são previsão, lançamento, arrecadação e recolhimento. No caso de um imposto, como o IPVA, quando deve ser reconhecida a variação patrimonial aumentativa e quando deve ser reconhecida a receita orçamentária?

Perguntas com respostas

1. Dentre as empresas estatais, quais são obrigadas e quais aplicam facultativamente as normas da Contabilidade Aplicada ao Setor Público?

As empresas estatais dependentes são obrigadas a aplicar as normas da CASP. As empresas estatais independentes têm aplicação facultativa ou por determinação dos órgãos fiscalizadores ou controladores.

2. Qual o objeto da contabilidade aplicada ao setor público?

Patrimônio Público.

3. O RCPG tem o propósito de atender as necessidades específicas de qual grupo de usuários?

Nenhum. O RCPG não tem o propósito de atender a finalidade ou necessidades específicas de determinados grupos de usuários, mas sim de atender às necessidades dos usuários em geral.

4. O que abrange o RCPG?

As demonstrações contábeis, incluindo as notas explicativas, e a apresentação das informações que aprimoram, complementam e suplementam as demonstrações contábeis.

5. Quem são os usuários primários dos RCPG?

Os usuários dos serviços e os provedores de recursos, bem como os seus representantes.



6. Se houver algum conflito entre a NBC TSP Estrutura Conceitual e alguma norma específica, qual deve prevalecer?

Deve prevalecer a norma específica.

7. Quais as seis características qualitativas apresentadas pela NBC TSP Estrutura Conceitual?

Relevância, Representação Fidedigna, Compreensibilidade, Tempestividade, Comparabilidade e Verificabilidade.

8. Quais as três restrições inerentes à informação apresentadas pela NBC TSP Estrutura Conceitual?

Materialidade, custo-benefício e alcance do equilíbrio adequado entre as características qualitativas.

9. Quando uma informação contábil possui a característica qualitativa da relevância?

Quando tem a capacidade de influenciar significativamente o cumprimento dos objetivos da elaboração e da divulgação da informação contábil.

10. Qual a diferença entre comparabilidade e consistência?

A comparabilidade possibilita ao usuário identificar semelhanças e diferenças entre dois conjuntos de fenômenos. A consistência se refere à utilização dos mesmos princípios ou políticas contábeis e da mesma base de elaboração. A comparabilidade é o objetivo, enquanto a consistência auxilia a atingi-la.

11. A respeito das características qualitativas da informação contábil, quando é alcançada a representação fidedigna?

Quando a representação do fenômeno é completa, neutra e livre de erro material.

12. Qual a característica qualitativa segundo a qual a informação deve estar disponível a tempo de ser útil?

Tempestividade.

13. Qual característica qualitativa que ajuda a assegurar aos usuários que a informação contida nas demonstrações contábeis representa fielmente os fenômenos econômicos de outra natureza que se propõe a representar?

Verificabilidade.

14. Quando uma informação é considerada material?

Quando a sua omissão ou distorção puder influenciar o cumprimento do dever de prestação de contas e responsabilização, ou as decisões que os usuários tomam com base nas demonstrações contábeis elaboradas para aquele exercício.



15. De acordo com a Lei 4.320/64, em qual momento são reconhecidas as receitas?

Arrecadação.

16. De acordo com a Lei 4.320/64, em qual momento são reconhecidas as despesas?

Empenho.

17. A arrecadação e o empenho dizem respeito à execução orçamentária ou ao reconhecimento contábil patrimonial?

Dizem respeito à execução orçamentária.

18. Em que momento deve ser reconhecidas as variações patrimoniais aumentativas e as diminutivas?

No momento da ocorrência do fato gerador.

19. A execução da despesa orçamentária e da variação patrimonial diminutiva devem ser reconhecidas concomitantemente?

Não necessariamente. A execução orçamentária da despesa e contabilização patrimonial são independentes entre si. A orçamentária ocorre no momento do empenho. A patrimonial no momento da ocorrência do fato gerador da despesa.

20. As etapas da receita são previsão, lançamento, arrecadação e recolhimento. No caso de um imposto, como o IPVA, quando deve ser reconhecida a variação patrimonial aumentativa e quando deve ser reconhecida a receita orçamentária?

A variação patrimonial aumentativa deve ser reconhecida no momento do lançamento, que é quando ocorre o fato gerador do crédito tributário. A receita orçamentária, por sua vez, é reconhecida quando da arrecadação do imposto.



LISTA DE QUESTÕES ESTRATÉGICAS

Conceitos, objeto, abrangência e campo de aplicação

1. (Instituto AOCP/2022/CGE MS/Auditor do Estado)

As características qualitativas são atributos que tornam a informação útil para os usuários e dão suporte ao cumprimento dos objetivos da informação contábil. De acordo com as características qualitativas da informação contábil, assinale a alternativa correta.

- a) A representação fidedigna ocorre quando as informações financeiras e não financeiras são capazes de influenciar significativamente o cumprimento dos objetivos da elaboração e da divulgação das informações contábeis.
- b) A verificabilidade significa ter informação disponível para os usuários antes que ela perca a sua capacidade de ser útil para fins do objetivo da elaboração e da divulgação da informação contábil.
- c) A relevância é alcançada quando a representação do fenômeno é completa, neutra e livre de erro material.
- d) A tempestividade é a qualidade da informação que possibilita aos usuários identificar semelhanças e diferenças entre dois conjuntos de fenômenos.
- e) A compreensibilidade é aprimorada quando a informação é classificada e apresentada de maneira clara e sucinta.

2. (Instituto AOCP/2022/SEAD GO/Analista - Contabilidade)

Os procedimentos contábeis estabelecidos no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (9ª edição) aplicam-se, obrigatoriamente, às entidades do setor público. Nesse sentido, estão compreendidos no conceito de entidades do setor público, EXCETO

- a) as defensorias públicas.
- b) os consórcios públicos.
- c) as empresas estatais dependentes.
- d) as fundações públicas.
- e) os conselhos profissionais.



3. (Instituto AOCP/2021/ITEP RN/Perito - Contabilidade e Economia)

Acerca dos aspectos introdutórios da contabilidade aplicada ao setor público, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) As empresas estatais dependentes devem aplicar tanto a legislação societária como a legislação aplicável ao setor público.
- b) Os serviços sociais autônomos não são obrigados a aplicar as normas aplicáveis ao setor público.
- c) O objeto da contabilidade aplicada ao setor público é o patrimônio público.
- d) O objetivo da elaboração e da divulgação da informação contábil é fornecer informações úteis aos usuários dos relatórios contábeis de propósitos gerais das entidades do setor público.
- e) Os relatórios contábeis de propósitos gerais das entidades do setor público são elaborados e divulgados para atender as necessidades de informações específicas ou particulares.

4. (Instituto AOCP/2021/FSNH/Contador)

As Normas estabelecidas pelo Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público aplicam-se, obrigatoriamente, às entidades do setor público. Estão compreendidos no conceito de entidades do setor público os/a(s)

- a) Conselhos de Regulamentação Profissional.
- b) Empresas Estatais Independentes.
- c) Serviços Sociais Autônomos.
- d) Organização da Sociedade Civil de Interesse Público.
- e) Fundos.

5. (Instituto AOCP/2020/Prefeitura de Betim/Contador)

A estrutura conceitual estabelece os conceitos que fundamentam a elaboração e a divulgação dos Relatórios Contábeis de Propósito Geral das Entidades do Setor Público (RCPGs), os quais devem ser elaborados com base no regime de

- a) oportunidade.
- b) caixa.
- c) base modificada.



- d) orçamento.
- e) competência.

6. (Instituto AOCP/2019/UFPB/Contador)

O objetivo principal da informação contábil é fornecer informação para fins de prestação de contas e tomada de decisão. Assinale a alternativa que apresenta corretamente uma das características qualitativas de uma informação contábil pública, segundo o MCASP (2017).

- a) Conservadorismo contábil.
- b) Custo-benefício empresarial.
- d) Custos glosados.
- d) Irrelevância.
- e) Tempestividade.

7. (Instituto AOCP/2022/AGESAN RS/Contador)

Considerando a NBC TSP Estrutura Conceitual, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) Os objetivos da elaboração e divulgação da informação contábil estão relacionados ao fornecimento de informações sobre a entidade do setor público que são úteis aos usuários dos Relatórios Contábeis de Propósito Geral das Entidades do Setor Público (RCPGs) para prestação de contas, responsabilização (accountability) e tomada de decisão.
- b) Os cidadãos recebem os serviços do governo e de outras entidades do setor público e proveem parte dos recursos para esse fim, por isso eles são usuários primários dos Relatórios Contábeis de Propósito Geral das Entidades do Setor Público (RCPGs).
- c) Para atender a característica qualitativa da compreensibilidade, é necessário que as explicações acerca das informações financeiras e não financeiras e as informações adicionais acerca da prestação de serviços e de outros resultados durante o exercício, além das expectativas para os períodos futuros, sejam escritas em linguagem simples e apresentadas de maneira que sejam prontamente compreensíveis pelos usuários.
- d) O valor de mercado reflete as restrições na venda e é específico à entidade.
- e) Custo de reposição ou de substituição é o custo mais econômico exigido para a entidade substituir o potencial de serviços de ativo na data do relatório.



8. (Instituto AOC/2019/Prefeitura de São Bento do Sul/Contador)

Consoante ao Relatório Contábil de Propósito Geral das Entidades do Setor Público (RCPG), assinale a alternativa INCORRETA.

- a) O objetivo da elaboração e divulgação da informação contábil é fornecer informações úteis aos usuários dos RCPGs com a finalidade de prestação de contas e responsabilização (accountability) e tomada de decisão.
- b) Abrange as demonstrações contábeis (incluindo as suas notas explicativas) e a apresentação de informações que aprimoram, complementam e suplementam as demonstrações contábeis.
- c) É elaborado e divulgado para atender as necessidades de informações específicas de diversos usuários, dentre os quais estão os órgãos centrais de orçamento e controle e agências reguladoras e supervisoras.
- d) Não é elaborado e divulgado para atender a necessidades de informações específicas ou particulares.

9. (Instituto AOC/2018/ITEP RN/Perito - Economia e Contabilidade)

O objetivo da Contabilidade Aplicada ao Setor Público é fornecer aos usuários informações sobre os resultados alcançados e os aspectos de natureza orçamentária, econômica, financeira e física do patrimônio da entidade do setor público.

Qual é o objeto da contabilidade aplicada ao Setor Público?

- a) O orçamento público.
- b) O balanço patrimonial do setor público.
- c) As finanças do setor público.
- d) O patrimônio público.
- e) A dívida pública.

10. (Instituto AOC/2019/IBGE/Analista Censitário - Ciências Contábeis)

Para ser útil como informação contábil, a informação deve corresponder à representação fidedigna dos fenômenos econômicos e outros que se pretenda representar. Essa representação é alcançada quando a representação do fenômeno é completa, neutra e livre de erro material. A informação que representa fielmente determinado fenômeno econômico deve retratar a substância da transação. Portanto, a 8ª edição do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) recomenda que se deve atentar para



- a) que prevaleça a conjuntura econômica e não apenas as políticas fiscais e tributárias.
- b) a forma legal.
- c) que prevaleça a essência jurídica.
- d) as características quantitativas e não apenas qualitativas da informação contábil.
- e) a essência e realidade econômica e não apenas sua forma legal.

Regimes Orçamentário e Patrimonial

11. (Instituto AOC/2022/IFNMG/Técnico Contabilidade)

Em relação ao regime contábil nas entidades do setor público, assinale a alternativa que evidencia o reconhecimento da despesa pelo regime de competência quando do evento da aquisição de material de consumo.

- a) Será registrado no momento do empenho da despesa com aquisição do material de consumo.
- b) Será registrado no momento do recebimento e incorporação ao almoxarifado.
- c) Será registrado no momento do pagamento da despesa com aquisição do material de consumo.
- d) Será registrado no momento da saída do almoxarifado desse material de consumo.
- e) Será registrado no momento da liquidação e incorporação ao almoxarifado.

12. (Instituto AOC/2022/AGESAN RS/Contador)

Em relação ao Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), assinale a alternativa correta.

- a) Conforme o regime orçamentário, pertencem ao exercício financeiro as despesas nele legalmente liquidadas.
- b) Conforme o regime patrimonial, no âmbito da atividade tributária, pode-se utilizar o momento do lançamento como referência para o reconhecimento das receitas tributárias.
- c) Conforme o regime orçamentário, pertencem ao exercício financeiro as despesas nele legalmente pagas.
- d) Conforme o regime patrimonial, pertencem ao exercício financeiro as despesas nele legalmente empenhadas.
- e) Conforme o regime patrimonial, os efeitos das transações e de outros eventos devem ser reconhecidos nos períodos a que se referem, dependendo do recebimento ou pagamento.



13.(Instituto AOCP/2019/Prefeitura de Cariacica/Contador)

Na Contabilidade Aplicada ao Setor Público, consideram-se as receitas e despesas sob dois regimes, os quais são:

- a) orçamentário e financeiro.
- b) financeiro e gerencial.
- c) orçamentário e patrimonial.
- d) orçamentário e fiscal.

14.(Instituto AOCP/2021/ITEP RN/Perito - Contabilidade e Economia)

No setor público, o regime orçamentário reconhece a despesa orçamentária no exercício financeiro da emissão do empenho e a receita orçamentária é reconhecida

- a) na previsão.
- b) no lançamento.
- c) na arrecadação.
- d) no recolhimento.
- e) pelo fato gerador.

15.(Instituto AOCP/2019/Prefeitura de Cariacica/Contador)

Conforme o disposto no Art. 35 da Lei nº 4.320/1964, o registro da receita orçamentária nas entidades do setor público ocorre no momento do(a)

- a) lançamento e decorre do enfoque patrimonial.
- b) lançamento e decorre do enfoque orçamentário.
- c) arrecadação e decorre do enfoque orçamentário.
- d) arrecadação e decorre do enfoque patrimonial.

16.(Instituto AOCP/2019/UFPB/Técnico Contabilidade)

No que diz respeito aos regimes contábeis da área pública, assinale a alternativa correta.

- a) No regime de competência, toda receita e toda despesa do exercício pertencem ao próprio exercício, embora já empenhadas, ou seja, uma vez terminada a vigência do orçamento, passam para o exercício seguinte, a fim de serem arrecadadas ou pagas.



- b) O regime de caixa determina que as receitas e as despesas são atribuídas aos exercícios de acordo com a real incorrência, ou seja, de acordo com a data do fato gerador e não quando são recebidas ou pagas em dinheiro.
- c) No regime de competência, tanto as receitas por arrecadar, ainda que lançadas, como as despesas empenhadas e a liquidadas, porém não pagas, devem ser transferidas para o orçamento do exercício financeiro seguinte.
- d) O regime de caixa é o período em que se executa o orçamento. Quando o ano financeiro não coincide com o ano civil, existe a necessidade de um período adicional.
- e) No regime de competência, a receita é reconhecida no período em que é arrecadada e a despesa paga nesse mesmo período. O regime de caixa compreende todos os recebimentos e pagamentos efetuados no exercício.

17.(Instituto AOCP/2019/IBGE/Analista Censitário - Ciências Contábeis)

Sobre o relacionamento do Regime Orçamentário com o Regime Contábil, assinale a alternativa correta.

- a) Pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas nele empenhadas e liquidadas.
- b) As variações patrimoniais devem ser evidenciadas quando forem resultantes da execução orçamentária.
- c) As alterações da situação líquida patrimonial, que abrangem os resultados da execução orçamentária, bem como as variações independentes dessa execução e as superveniências e insubsistências ativas e passivas, constituirão elementos da conta patrimonial.
- d) Com o objetivo de evidenciar o impacto no patrimônio, deve haver o registro da variação patrimonial aumentativa e da diminutiva, resultantes da execução orçamentária, em função do fato gerador.
- e) Além do registro dos fatos ligados à execução orçamentária, deve-se proceder à evidenciação dos fatos ligados à administração financeira e patrimonial, de maneira que os fatos permutativos sejam levados à conta de resultado.

18.(Instituto AOCP/2019/Prefeitura de Cariacica/Contador)

Considerando o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, em relação ao regime contábil, as variações patrimoniais

- a) aumentativas deverão ser registradas na arrecadação.
- b) diminutivas deverão ser registradas pelo empenho.



- c) aumentativas deverão ser registradas por competência.
- d) aumentativas deverão ser registradas na liquidação.

19.(Instituto AOCP/2018/UEFS/Analista - Contabilidade)

Em relação ao reconhecimento da Receita pública e da Despesa pública, informe se é verdadeiro (V) ou falso (F) o que se afirma a seguir e assinale a alternativa com a sequência correta.

- () Sob o enfoque orçamentário, a receita é reconhecida pelo regime de caixa.
 - () Sob o enfoque orçamentário, a despesa é reconhecida pelo regime de caixa.
 - () Sob o enfoque orçamentário, o regime utilizado pela contabilidade pública é o regime misto.
 - () Sob o enfoque patrimonial, a receita é reconhecida pelo regime de caixa.
 - () Sob o enfoque patrimonial, a despesa é reconhecida pelo regime de competência.
- a) V - F - V - F - V.
 - b) V - V - F - V - F.
 - c) F - F - V - V - F.
 - d) V - V - F - F - F.
 - e) F - V - F - V - F.

20.(Instituto AOCP/2018/ITEP RN/Perito - Contabilidade e Economia)

No setor público, a contabilidade mantém o registro das receitas e despesas orçamentárias realizadas, e essas receitas e despesas orçamentárias são executadas, no exercício financeiro,

- a) pelo regime misto, sendo as receitas incorridas conforme seu fato gerador e as despesas legalmente empenhadas.
- b) pelo regime misto, sendo as receitas arrecadadas e as despesas legalmente empenhadas.
- c) pelo regime misto, sendo as receitas arrecadadas e as despesas legalmente fixadas no orçamento.
- d) pelo regime misto, sendo as receitas recebidas e as despesas legalmente liquidadas.
- e) pelo regime de caixa, sendo as receitas recebidas e as despesas legalmente pagas.



GABARITO

GABARITO



- | | |
|------|------|
| 1. E | 11.D |
| 2. E | 12.B |
| 3. E | 13.C |
| 4. E | 14.C |
| 5. E | 15.C |
| 6. E | 16.A |
| 7. D | 17.C |
| 8. C | 18.C |
| 9. D | 19.A |
| 10.E | 20.B |



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Lei 10.180/2001.

Lei 4.320/64.

NBC TSP Estrutura Conceitual.

Possati, G. *Contabilidade Pública*. Estratégia Concursos.

STN. (2021). *Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público 9ª edição*.



ESSA LEI TODO MUNDO CONHECE: PIRATARIA É CRIME.

Mas é sempre bom revisar o porquê e como você pode ser prejudicado com essa prática.



1 Professor investe seu tempo para elaborar os cursos e o site os coloca à venda.



2 Pirata divulga ilicitamente (grupos de rateio), utilizando-se do anonimato, nomes falsos ou laranjas (geralmente o pirata se anuncia como formador de "grupos solidários" de rateio que não visam lucro).



3 Pirata cria alunos fake praticando falsidade ideológica, comprando cursos do site em nome de pessoas aleatórias (usando nome, CPF, endereço e telefone de terceiros sem autorização).



4 Pirata compra, muitas vezes, clonando cartões de crédito (por vezes o sistema anti-fraude não consegue identificar o golpe a tempo).



5 Pirata fere os Termos de Uso, adultera as aulas e retira a identificação dos arquivos PDF (justamente porque a atividade é ilegal e ele não quer que seus fakes sejam identificados).



6 Pirata revende as aulas protegidas por direitos autorais, praticando concorrência desleal e em flagrante desrespeito à Lei de Direitos Autorais (Lei 9.610/98).



7 Concurseiro(a) desinformado participa de rateio, achando que nada disso está acontecendo e esperando se tornar servidor público para exigir o cumprimento das leis.



8 O professor que elaborou o curso não ganha nada, o site não recebe nada, e a pessoa que praticou todos os ilícitos anteriores (pirata) fica com o lucro.



Deixando de lado esse mar de sujeira, aproveitamos para agradecer a todos que adquirem os cursos honestamente e permitem que o site continue existindo.